



BAURU

Conexão Postal

Janeiro, 2020 - Ano 08 - Número 53

FILIADO



facebook.com/sindecteb

(14) 3232-6432

(14) 3232-6432

www.sindecteb.com.br



Pág 2



Governo mira privatização dos Correios para 2021

Pág 3



Suspensão o aumento das mensalidades do plano de saúde

Pág 3



67% dos brasileiros são contra as privatizações de estatais

Pág 4



Comissão de acidentes: 3 Companheiros são absolvidos

A LUTA CONTINUA!!

AUMENTO DE MENSALIDADE SUSPENSO PELO TST

SUSPENSO O AUMENTO DAS MENSALIDADES DO PLANO DE SAÚDE

O Tribunal Superior do Trabalho votou à favor da suspensão da liminar emitida pelo STF, que autorizava os Correios a realizar reajustes nas mensalidades e coparticipações

25 de Janeiro

O SINDECTEB PARABENIZA TODOS OS CARTEIROS PELO SEU DIA. PARABÉNS A TODOS OS COMPANHEIROS QUE SAEM ÀS RUAS, ENFRENTAM SOL, ASSALTOS, CHUVA, PERIGOS E MUITOS DESAFIOS PARA LEVAR A TODOS OS SERVIÇOS DOS CORREIOS!



GOVERNO MIRA PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS PARA 2021. E NÓS PRECISAMOS CONTINUAR NA LUTA!



De acordo com reportagem em janeiro no Jornal Nacional e aprofundada no portal G1, o Governo Federal pretende lucrar R\$ 150 bilhões com privatizações em 2020. A informação foi veiculada pelo secretário de desestatização, Salim Mattar.

Mattar afirmou que a ECT não será privatizada em 2020, mas que o plano do Governo é efetuar a venda em 2021. O adiamento dos planos de venda dos Correios é fruto da nossa luta, do nosso Acordo Coletivo, do estabelecimento de cláusulas que favorecem nossa categoria e que mantém nossos direitos.

A Empresa e o Governo sabem que há força trabalhista dentro da ECT, que existem representantes que defendem a categoria e que não irão aceitar a privatização de braços cruzados.

Com toda a certeza, sem uma luta forte, como é a dos Ecetistas, os Correios seriam prioridade nas vendas, contudo, o Governo sabe que o trabalho dos Sindicatos e das Federações em prol dos Trabalhadores é forte e dá resultado. Foi nossa força coletiva que ajudou a construir um Acordo Coletivo que, pelo menos, é capaz de assegurar os direitos mínimos que nossa categoria merece.

Já é sabido por muitos de nós que o Governo se reuniu com empresas interessadas na aquisição dos Correios, contudo, todas elas não querem absorver o operacional da ECT, ainda mais com um Acordo Coletivo que garante tantos direitos. Elas querem funcionários de CLT, algo que só a nossa luta é capaz de evitar.

O recado que queremos dar à categoria é: **NÃO SE DEIXEM ENGANAR PELAS PALAVRAS DO GOVERNO.**

Mesmo que haja uma “promessa” de privatização apenas em 2021, devemos manter a luta ativa, como se a privatização

fosse ocorrer amanhã. Temos que seguir firmes, sempre atentos às manobras dos dirigentes da ECT e do Governo.

Atitudes como a decisão do Ministro Dias Toffoli demonstram que a ECT tem influência sobre o Judiciário e, mais do que isso, tem poder para tentar bloquear e extinguir parte de nossos direitos e conquistas. Portanto, esqueça 2021, pense no 2020, pense no agora. Somente com a CONTINUIDADE da nossa luta é que poderemos barrar o processo de privatização.

A ECT é um patrimônio nacional, uma empresa lucrativa e de alto poder estratégico para a logística do Brasil. Cabe a nós defendermos o que é nosso, portanto, o SINDECTEB, assim como os demais Sindicatos Filiados à FINDECT, seguem na luta constante e não se deixam enganar por um falso “período de paz” anunciado pelo Governo.

A luta não começou hoje e não terminará tão cedo. Seguimos em frente, tentando reverter as perdas e situações de injustiça, como a vivida neste momento com o custeio do plano de saúde e a exclusão dos pais e mães, e vamos continuar lutando.

A força Ecetista é capaz de afugentar o fantasma da privatização, porém, é preciso união, força, participação e consciência política.

O SINDECTEB se encontra de portas abertas para receber os companheiros que desejam entender um pouco mais sobre este tema e querem se informar sobre como somar forças na luta contra a privatização.

SOMENTE NOSSA UNIÃO MANTERÁ O FANTASMA DA PRIVATIZAÇÃO LONGE. SOME FORÇAS CONOSCO!

SUSPENSO O AUMENTO DAS MENSALIDADES DO PLANO DE SAÚDE

O Tribunal Superior do Trabalho votou à favor da suspensão da liminar emitida pelo STF, que autorizava os Correios a realizar reajustes nas mensalidades e coparticipações dos planos de saúde comercializados pela Postal Saúde.

A liminar concedida pelo STF, além de alterar o custeio dos planos, alterava a vigência do Acordo Coletivo, que foi estabelecida em dois anos de duração. De forma esdrúxula, a direção da empresa se aproveitou da liminar para impor – de forma unilateral e antidemocrática – a mudança no custeio dos planos e na coparticipação. Foram alterados o valor no teto e na base de cálculo para a cobrança das mensalidades.

O descontentamento e a mobilização da categoria aliados ao trabalho conjunto dos jurídicos da FINDECT, da FENTECT e da ADCAP, que elaboraram tese e o protesto judicial, ambos bem fundamentados, resultaram na concessão de liminar do TST, que suspende a liminar do STF e garante a aplicação do Dissídio coletivo.

A liminar do STF aguarda análise de recurso interposto pelas Federações, que também notificaram o Ministro-presidente do TST do não cumprimento da sentença normativa determinada pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de outubro/19.

Foi essa notificação que o TST avaliou e, em decisão, derrubou a liminar do STF. Em sua sentença o Presidente do TST, Ministro João Batista Brito Ferreira destacou:

“Ante o exposto, defiro a liminar para suspender os efeitos do ato administrativo expedido pela ECT e pela Postal Saúde, na parte em que atribuiu nova redação à Cláusula 28 a SS 10, 30, inc. II, e 70, da sentença normativa e, em consequência, na que se refere à efetivação de descontos com base nas referidas regras, bem como na parte que impõe aos beneficiários do plano prazo para manifestarem sua concordância com as novas normas. No que tange à cláusula 79 Vigência, indefiro a liminar, porquanto não há urgência no exame dessa questão que demande a intervenção excepcional do Presidente o Tribunal.”

Com a suspensão feita pelo TST, a ECT é obrigada a manter as regras para o custeio do plano de saúde conforme a sentença normativa do Dissídio Coletivo de greve.

Não serão aplicadas as mudanças que foram feitas de forma impositiva, antidemocrática e oportunista. Quanto à vigência do ACT, o Presidente do TST deixou para análise e decisão para um momento futuro.

Assim, a FINDECT e Sindicatos Filiados orientam que nenhum trabalhador ou trabalhadora se desligue do plano de saúde, pois a questão está em andamento no judiciário.

Vamos aguardar os próximos lances. Os departamentos Jurídicos e as Diretorias das Federações e da ADCAP continuarão atuantes junto aos Tribunais, em busca do melhor resultado e em defesa e cumprimento dos direitos da categoria ecetista!

67% DOS BRASILEIROS SÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS

o governo do presidente Jair Bolsonaro divulgou a lista de estatais que poderão ser privatizadas nos próximos anos. No mesmo mês, entre os dias 29 e 30, o Datafolha fez um levantamento com 2.878 pessoas em todo o Brasil, e concluiu que 67% dos brasileiros são contra a venda das empresas.

Deste total, uma parcela de 25% é a favor da venda dessas empresas, e 2% são indiferentes, além de 6% que não opinaram. Em dezembro de 2017, em consulta sobre o tema, 70% eram contra a venda de companhias do governo para particulares, e 20% se mostravam favoráveis.

Além disso, pouco mais da metade (54%) dos entrevistados tomou conhecimento do pacote de privatização para os Correios e outras empresas públicas nos próximos anos. Desses, 16% estão bem informados sobre o assunto e os demais estão mais ou menos informados (31%) ou mal informados (7%).

De forma geral, o Datafolha revela que, independente do grau de conhecimento do assunto, 60% dos brasileiros são contra privatizar os Correios, e 33% são favoráveis, além de 1% que é indiferente e 5% que preferiram não opinar.

A adesão à venda da empresa é mais alta entre os homens (39%) do que entre as mulheres (29%), e também ca acima

da média entre os mais escolarizados (38%) e os mais ricos, sendo 45% na faixa de renda familiar de cinco a dez salários, e 52% entre quem tem renda familiar acima de dez salários.

Entre aqueles que votaram em Jair Bolsonaro no 2º turno da eleição de 2018, há uma divisão: 46% são a favor da privatização e 47% contra.

As privatizações afetam diretamente o serviço público e quem atua nele. Em algumas estatais, por exemplo, havia a necessidade de novos concursos para suprir o déficit de pessoal. Na lista apresentado pelo governo estão nomes como Correios, Ceagesp, Telebrás, Dataprev e Eletrobras.



SINDECTEB PARTICIPA DE COMISSÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO E 3 COMPANHEIROS SÃO ABSOLVIDOS

NO dia dezanove de dezembro de 2019, o Vice-Presidente do SINDECTEB, Luiz Alberto Bataiola, e o Secretário Geral, Diomédio Francisco de Souza Junior, estiveram presentes na reunião da Comissão Paritária de Análise de Acidentes de Trânsito para analisar o caso de três Companheiros, que estavam sendo responsabilizados pela ECT em casos de acidente envolvendo as viaturas dos Correios.

Foram debatidos casos nas cidades de Avaré, Ourinhos e Jaú (por questão de privacidade e ética, os nomes dos Companheiros envolvidos será omitido). E, nos três casos, após análise da ocorrência e debate junto aos representantes da ECT, foi possível chegar a um consenso sobre a ausência de dolo em todos os casos.

A ausência de dolo nada mais é do que absolvição da responsabilidade por parte do trabalhador, ou seja, foi

constatado que os companheiros não causaram o acidente e, por isso, não podem ser responsabilizados pelos prejuízos causados tanto aos Correios quanto aos demais envolvidos nas ocorrências.

A análise dos acidentes de trânsito envolvendo membros do Sindicato e da Empresa é algo garantido pelo Acordo Coletivo, por meio da cláusula 75.

O SINDECTEB faz questão de participar dessas reuniões, tanto para honrar o que está previsto no ACT quanto para analisar e discutir junto à Empresa se há uma real participação dos funcionários nos acidentes ou se a responsabilização pelo dolo está sendo feita de maneira injusta.

Em 2020 continuaremos marcando presença nessas reuniões, sempre buscando resguardar os Companheiros que não são os responsáveis pelos acidentes.

MAIS SEIS ECETISTAS RECEBEM OS VALORES DO PCCS

A equipe jurídica do SINDECTEB segue o processo de reunião e instrução com os Ecetistas que obtiveram vitória em seus processos referentes às progressões do PCCS.

Nas últimas semanas, mais sete companheiros estiveram reunidos com o Presidente do Sindicato, José Ap. Gimenes Gandara, e com o responsável jurídico dos processos, Dr. Marcos Barcelos. Todos obtiveram na Justiça do Trabalho o direito a receber os valores referentes às progressões de carreira que ainda não haviam sido concedidas pela empresa.

Os processos foram protocolados em 2013 e, desde então, o SINDECTEB acompanha o julgamento de cada um, aguardando as decisões da Justiça. O SINDECTEB agradece a confiança e paciência dos Companheiros.

Apesar da lentidão com que a Justiça progride no julgamento das ações do PCCS, gradativamente, mais e mais Companheiros estão celebrando suas vitórias.

Atenção aos associados: Todos têm direito à assistência jurídica do SINDECTEB. Vários companheiros que recorrem ao Departamento Jurídico do Sindicato estão obtendo resultados em suas lutas. Filie-se ao SINDECTEB e deixe seus processos e necessidades jurídicas nas mãos de uma equipe preparada.

Confira quem foram os últimos contemplados:

Benedito P. de Oliveira (Bauru)



Elaine C. dos Santos (Campinas)



Fábio Conforti (Bauru)



Jair Inácio (Rancharia)



James Nascimento (Dracena)



Valdir Caçador (Bauru)



Departamento Jurídico SINDECTEB



ATENDIMENTO AOS ASSOCIADOS

TODAS AS TERÇAS E QUINTAS, DAS 9 ÀS 12H

